

## ESCOLAS DE LUTA: Autonomia e luta dos estudantes secundaristas de São Paulo.

Ana Karla Pontes de Souza<sup>1</sup>

PPGCS/UFRN: <https://orcid.org/0000-0001-9639-6895>

DOI: [10.21680/1982-1662.2021v4n30ID17055](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n30ID17055)

CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016. 352 p.; ISBN 978-85-63137-69-2.

O livro *Escolas de luta* foi escrito no calor das manifestações protagonizadas pelos estudantes secundaristas das escolas paulistas no último semestre de 2015 e publicado no ano seguinte, em 2016. Os (as) autores (as) CAMPOS - mestra em sociologia pela UNICAMP -, MEDEIROS - doutor em educação também pela UNICAMP - e RIBEIRO - professor do bacharelado em sistemas de informação da USP - visitaram algumas ocupações onde realizaram entrevistas com os estudantes em todas as regiões da capital e em algumas cidades do interior, bem como, entrevistaram representantes do coletivo O mal educado, o Grupo Autônomo Secundarista (GAS), Comando das escolas e instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública. O objetivo dos autores era apresentar essa história do ponto de vista de seus protagonistas, os estudantes, levando-os a visitar as escolas ocupadas não apenas para realizar as entrevistas, mas para observar como se realizava esse processo, como eram, de fato, as ocupações.

Além disso, realizaram pesquisa documental com dados de boletins cedidos pela APEOESP com registros dos números de ocupações, documentos jurídicos, manuais disponíveis na internet utilizados pelos secundaristas (que se encontram anexados ao

---

<sup>1</sup> E-mail: [anakarla.karlaps@gmail.com](mailto:anakarla.karlaps@gmail.com)

livro), e acompanharam as páginas dedicadas as ocupações no *Facebook* analisando suas postagens.

Os registros presentes no livro nos levam de meados de setembro de 2015 a abril de 2016, desde as primeiras reações dos estudantes ao processo de “reorganização escolar” anunciado pelo governo Alckmin (PSDB), até os reflexos posteriores dessa luta no movimento secundarista de São Paulo e também de todo Brasil.

O livro conta com o prefácio de Pablo Ortellado (USP) com o título “A primeira flor de junho” - traz um resumo do que foram os movimentos, seus benefícios democráticos para as organizações políticas e analisa as ocupações como uma das primeiras consequências políticas de junho de 2013. A obra se divide em três capítulos, antecedidos por uma nota metodológica e sucedidos pelas considerações finais e documentos anexos, distribuídos em 352 páginas.

Na nota metodológica os autores explicam porque optaram por reconstruir a luta contra a “reorganização” pela perspectiva dos estudantes e não a partir de um exaustivo acompanhamento da imprensa, por exemplo, que consideram até mesmo menos ricos. E apresentam quais as escolhas de coletas de dados foram feitas e porque optaram por omitir os verdadeiros nomes dos estudantes entrevistados.

O primeiro capítulo foca nas ações inicialmente mobilizadas a partir do anúncio da “reorganização escolar” em setembro de 2015. Trazem depoimentos de alguns estudantes de como tomaram conhecimento da política do governo para suas escolas e como começaram a se organizar contra a pauta. A “reorganização” tinha a intenção, segundo o secretário de educação Herman Voorwald, de “dividir as escolas por ciclos: apenas Ensino Fundamental I ou Ensino Fundamental II ou Médio [...] o ‘movimento’ era para que cada escola se voltasse para um único ciclo e, assim, o estado pudesse focar no Ensino Médio, que é de sua responsabilidade exclusiva” (p.28).

O problema não anunciado pelo secretário consistia no fechamento de 94 escolas e a realocação dos estudantes para outras escolas por vezes mais distantes, e essa mudança superlotaria as salas de aulas, além de diversos outros prejuízos para as famílias dos estudantes e para professores. A falta de diálogo na tomada de tal política educacional também funcionou como gerador de indignação entre os estudantes, muitos deles “descobriram que haveria ‘reorganização’ pela televisão ou por boatos” (p.31), a notícia surgiu como uma verdadeira bomba de conflitos e má informação.

Nesse primeiro momento do livro, os autores focam em apresentar todas as mobilizações organizadas pelos estudantes mesmo antes das ocupações, e evidenciam as ocupações como uma estratégia tomada como a última opção diante de todas as tentativas anteriores frustradas pela ignorância do governo do estado às suas reivindicações. Eles organizaram protestos de ruas que chegaram ao número de 163 só nas primeiras semanas, fizeram abaixo-assinado, surgiram às primeiras intervenções artísticas postadas na internet através de vídeos, dentre outras ações. E apontam algumas características importantes para entendermos esse movimento, como os conflitos com as entidades estudantis evidenciando o autonomismo dos secundaristas desde as primeiras mobilizações. Outra questão observada foi à relação dos estudantes com as escolas, pois se no imaginário da maioria da população, os estudantes de escola pública não se importavam com suas as mesmas e nem possuíam qualquer relação com elas, eles mostraram justamente o contrário, o quanto a escola era importante para eles, como elas eram uma espécie de segundo lar.

Nesse capítulo, os autores optaram por trazer um tópico dedicado ao coletivo O mal educado, coletivo secundarista paulista surgido em 2012 que inicialmente teve a preocupação de “registrar a memória das lutas passadas para possibilitar uma troca de experiências tendo em vista o fortalecimento do movimento no presente e no futuro” (p.65). Por esse motivo a primeira ação do coletivo foi à criação de um jornal homônimo. Eles foram os responsáveis pela tradução e publicação (em seu blog), em 2013, da cartilha *Como ocupar um colégio?* Baseada nas lutas secundaristas do Chile, que foi de extrema importância para as ocupações em São Paulo.

A primeira ocupação ocorre em 9 de novembro de 2015 na escola EE Diadema e, se seguiram nas semanas seguintes chegando a atingir mais de 200 ocupações. No segundo capítulo do livro, o maior, é todo dedicado às ocupações, veremos que as primeiras foram ocorrendo de forma espontânea nas escolas, e não articulada como parecia ser, e logo tomaram grandes proporções devido à rápida ascensão do número de escolas ocupadas. As primeiras dificuldades foram aparecendo, e elas consistiam, principalmente, de motivos externos como a reação das diretorias, da polícia, ou seja, do Estado.

Constantemente havia relatos nas páginas das ocupações, principal meio de troca de informações com outras escolas e com a comunidade, de tentativas de invasão da escola pelo Estado, representados por diretores, professores que eram

contra o movimento e policiais. Houve uso desmedido de força pela polícia contra os adolescentes, assédio e tentativas de manipulação, dificuldades essas que se mantiveram até o fim das ocupações, mas que com apoios e a troca de experiência iam aprendendo a enfrentá-los. Aqui podemos observar como o Estado, apenas preocupado em defender sua política de “reorganização”, que não traria melhoras para a educação paulista, foi capaz de utilizar de diferentes violências contra adolescentes, sem se importar com a infração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e muito menos em aceitar um diálogo assumindo o erro de impor uma política sem debater antes com os interessados. As intransigências do governo não parariam por aí.

Antes, uma questão tratada com muita responsabilidade no livro é a forma como os estudantes se organizaram nas escolas, um ponto forte da abordagem dos autores que conseguiram detalhar as características mais importantes das relações políticas dos estudantes construídas entre si e entre os outros grupos que surgiam no decorrer da mobilização. “A ocupação é um espaço no qual o sujeito questiona a si e aos outros a todo o momento, um exercício constante de desconstrução” (p.128), embora cada ocupação tivesse suas singularidades, havia características comuns. A organização se dava pela divisão das tarefas entre comissões (de limpeza, segurança etc), cuja divisão igualitária entre identidade de gênero era também uma característica presente, assim como os debates em torno dessas pautas (LGBTTTI e feminismo). As decisões sempre eram tomadas através de assembleias, de forma coletiva, o que seria uma forma de garantir a não presença de possíveis lideranças, mantendo a horizontalidade das decisões, assim, esses estudantes mostraram como é possível e justa a prática da democracia direta.

As ocupações funcionaram como prática de democracia real, como modelo de escola alternativo ao adotado institucionalmente, visto que eles mantinham um calendário de aulas voluntariadas, oficinas, rodas de conversas, atividades artísticas, debate político, mutirão de limpeza, dentre outras formas de se apoderarem da escola. Descobriram materiais nas escolas que eram ocultados pelas direções, que lhes eram negados e consertaram pequenos problemas estruturais. Essas foram algumas atitudes que mostraram como eles estavam ali para cuidar do que era deles por direito, embora do ‘lado de fora’ existisse uma campanha de calúnia alegando que estavam vandalizando e destruindo as escolas.

Nesse capítulo os autores também trazem um episódio que foi marcante nesse processo político, o áudio vazado pelo coletivo Jornalistas Livres, de uma reunião chamada às pressas pelo então chefe de gabinete, Fernando Padula, do então secretário de Educação Herman Voorwald, onde Padula se refere ao conflito como Guerra e aquela seria uma reunião para traçar estratégias com foco em desqualificar o movimento, que gerou uma escalada de violência, articulação da juventude tucana contra as ocupações formando um movimento secundarista “contrário” a elas.

O terceiro e último capítulo do livro intitulado “O recuo do governador”, os autores tratam de início sobre a repercussão do áudio vazado para estudantes e apoiadores que para eles soou como uma declaração de guerra ao movimento. A reação gerou uma nova forma de ação direta dos estudantes que ficaram conhecidos como: ‘trancoços’, eles colocavam suas carteiras uma ao lado da outra por cima de uma faixa de pedestres, a ideia era promover centenas de pequenos atos, ações descentralizadas, independentes e locais, espalhados pela cidade e pelo interior do estado onde passaram a realizar aulas nas ruas. Tais atos geraram também a reação truculenta dos militares contra os adolescentes.

Esse capítulo também apresenta o apoio dos artistas e da sociedade civil ao movimento dos secundaristas. A população passou a contribuir com doações de mantimentos, mas também com doações de aulas, de espaços em meios de comunicação, a aprovação da população aumentou, Alguns veículos de informações nacionais e internacionais que participaram da campanha #AgoraQueSãoElas deram espaços aos estudantes para falarem de suas experiências, pelos menos dois manifestos com assinaturas de mais de 200 intelectuais, artistas e figuras públicas e outro manifesto assinado por mais de 25 organizações circulavam nas redes sociais em apoio aos estudantes e também houve apoio de torcidas organizadas de times de futebol. Com todo esse apoio das classes médias e populares a opinião pública começou a se voltar contra Alckmin.

Os autores ainda analisam o papel do Ministério Público e da Defensoria Pública estaduais de São Paulo como um dos fatores determinantes para os desdobramentos desse processo político. No tópico seguinte os autores apresentam o recuo do Governo do Estado ao anunciar o adiamento da “reorganização” e a renúncia do secretário de Educação do estado.

O terceiro capítulo finaliza com uma análise sobre as reações dos estudantes em relação ao anúncio do governo, as desconfianças por alguns estudantes, que reconheciam a vitória, mas, por outro lado, temiam que fosse apenas uma estratégia de desmobilização. Também mostra o principal impacto que foi iniciar o processo de desocupação.

As considerações finais, chamada “A luta continua: algumas reflexões sobre o futuro do movimento dos estudantes” trazem relatos do que ocorreu pós-ocupações, retaliações e denúncia, efeito na vida política dos estudantes, e ainda reflexões sobre os novos desafios que se seguiram, das ocupações em outros estados, de como os estudantes atuariam também em São Paulo a partir de agora. Como passariam a se organizar dentre outras reflexões que o movimento tem a realizar, além do desafio de transmissão de memória das experiências de lutas passadas para as próximas gerações.

A duas questões centrais para se observar nesse livro: 1. A não utilização da discussão bibliográfica; 2. A preocupação em registrar os acontecimentos a partir dos estudantes. Na nota metodológica os autores esclarecem que o objetivo é que o livro seja acessível para leitura de um público diverso, talvez por isso optassem por não trazerem uma discussão bibliográfica, pois “não há pretensões acadêmicas ou grandes interpretações, é um livro que tenta reconstruir um processo do ponto de vista dos estudantes, com o objetivo de registrar e potencializar suas vozes” (CAMPOS *apud* LOPES, 2018). Por outro lado, é uma obra empírica com diferentes formas de coletas de dados que fortalecem o caráter de que se trata de uma pesquisa séria, e com um objetivo político de acessar o máximo de público possível, inclusive o público do qual trata, e servir como instrumento de registro e transmissão do movimento para as futuras gerações.

Essa também é uma preocupação que pode ser vista a partir do segundo ponto que trouxemos: a preocupação em fazer uma obra a partir da perspectiva dos seus protagonistas, os estudantes, esse é um ponto positivo que possibilita ao leitor conhecer a história do movimento por quem o construiu, a partir de adolescentes principiantes em movimentos, mas já responsáveis por uma luta pela educação relevante para a história do país, e também, funciona como um espaço para ecoar as vozes que foram ocultadas pela grande imprensa nacional durante o processo.

A forma como foram divididos os capítulos e o diálogo constante com as postagens/narrações das vivências e embates dos secundaristas também se

apresentam como ponto forte do livro, visto que os autores priorizaram a descrição dos eventos e mobilizações que ocorriam, seguindo uma linha cronológica dos acontecimentos, o que tornou um texto de uma leitura de fácil compreensão e atrativo.

A obra de Campos, Medeiros e Ribeiro traz uma importante reflexão para a conjuntura política atual, sobre como pode se dar uma ampla forma de democratização das formas de participação política da população, sobre a discussão de uma educação pública de qualidade e democrática, sobre como os estudantes estão capacitados a construir a educação, novas formas de vivenciar a Escola e de intervir na sociedade. E cumpre ao que se propõe: ser um livro que pode ser lido por diferentes públicos e não apenas universitários.

## Referências

- CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas em luta**. São Paulo: Veneta, 2016. 352 p.; ISBN 978-85-63137-69-2.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 - ECA. Brasília, DF.
- LOPES, Débora. **'Escolas de luta': o livro que conta a história das ocupações dos secundaristas em SP**. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/53memb/escolas-de-luta-livro-secundaristas](https://www.vice.com/pt_br/article/53memb/escolas-de-luta-livro-secundaristas)>. Acesso em: 14 fev. 2018.

Recebido: 10 Mar 2019  
Aceito: 21 Mar 2019